



A CULTURA DA MERITOCRACIA QUE DESTRUIU A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: O CASO DA BNCC E O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CENÁRIO DO CARIRI CEARENSE.

Esp. Rogério Celestino Araújo ¹
Dr. Francisco Edmar de Sousa Silva Pinheiro ²

Resumo: A nossa cultura social não se baseia realmente na meritocracia por direito e por condição. O que seria realmente o conceito da meritocracia? Seria a pessoa com a melhor condição técnica ou profissional para ascender em uma carreira ou ser a melhor opção para assumir um projeto, ou seja, seja o indivíduo mais capaz para uma necessidade. Com a Lei 13.415/2017, que instituiu o professor com notório saber e modificou a estrutura do Ensino Médio no país, houve uma aplicação direta do discurso da *nova direita* brasileira, com a visão de precarizar a educação pública, instituir organizações *think tank*³ com discursos neoliberais e ultradireitistas, a fim de destruir a educação transformadora de Paulo Freire e instituir a educação neoliberalizada descrita por Laval.

Palavras-chave: Educação geográfica. Neoliberalismo. BNCC. Reforma do Ensino Médio. Lei 13.415/2017.

1. Introdução

Atualmente tudo possui uma mensuração, já que seus bens e sua conta bancária, definem em que classe social você está inserido, mesmo não detendo um vasto conhecimento. A meritocracia no sistema neoliberal atual se baseia no quanto de dinheiro você possui, além disso, nossa sociedade está *precificando* tudo, não deixando de fora a educação e seus elementos.

Grande parte da problemática da educação atual advém do período pandêmico que modificou a forma de ensino no país. Tanto professores quanto alunos, não estavam preparados para a virtualização das aulas, demonstrando uma fragilidade nas bases conceituais dos alunos, bem como demonstrou o despreparo dos professores com as TIC's.

Com tudo isso, o processo de implementação neoliberal do modelo de educação utilitarista e mercantilizada foi implementado na base legal do país, modificando para tanto a nossa legislação e os documentos norteadores para fomentar os parâmetros curriculares de Estados e Municípios.

¹ Universidade Regional do Cariri, email: rogerio.celestinoaraujo@urca.br

² Universidade Regional do Cariri, email: edmar.pinheiro@urca.br

³ A expressão tem relação com uma organização preocupada em criar e disseminar conhecimento sobre os mais variados temas, como política, economia, saúde, segurança, ciência, entre outros, porém o discurso tem relação direta com suas particularidades e visões. No Brasil, o MBL é ligada a Atlas Network uma rede ultraliberal.



Esse artigo, analisará o papel da nova direita, implementando a visão neoliberal, tanto em seus discursos quanto na aplicação de uma escola pautada em metas e objetivos.

2. Objetivo

Compreender como a BNCC e demais leis, contribuíram com a dinâmica mercantilizada do ensino de maneira geral, bem como a influência no ensino de Geografia, analisando os problemas enfrentados pelos professores na prática cotidiana de ensinar, tendo o organograma do Novo Ensino Médio como pano de fundo no cenário neoliberal de *accountability*⁴.

3. Metodologia

Grande parte dos métodos aplicados em nossa pesquisa usam os processos da perspectiva dialética, promovendo uma verificação das possibilidades inseridas em nossa pesquisa como algo inacabado (e realmente estará inacabado, pois existem diversas nuances para serem analisadas), já que as possibilidades vivem em transformação.

Utilizaremos o método materialista histórico, que segundo Marx (1857, *in*: Vasconcelos *et. al.* 2021), os procedimentos consistem em relacionar o objeto pesquisado com a totalidade (ou parte) das relações sociais, suas determinações econômicas, sociais e políticas e as contradições presentes.

Teremos uma revisão documental (fontes primárias) e em uma revisão bibliográfica (fontes secundárias), que nos permitiu organizar as principais posições acadêmicas sobre o desenvolvimento atual da disciplina Geografia na sua vertente escolar. Elucidamos diversos questionamentos provenientes da discussão em curso com o intuito de prover um diálogo científico que alcance novos desdobramentos e propostas para a superação da atual crise que passa o ensino de geografia.

Com o intuito de vislumbrar as diversas realidades, das escolas da região da CREDE-19, utilizamos um questionário produzido dentro da plataforma Google Forms™, já que a distância e o tempo são fatores limitantes em pesquisas de cunho empírico, como a nossa. Tal ferramenta servirá para a coleta de informações sobre a realidade, possibilitando uma tabulação desses dados, onde podemos selecionar as características necessárias para o desenvolvimento da análise, mesmo reconhecendo as vantagens e desvantagens dessa proposta, acreditamos que terá papel fundamental na parte final de nossa pesquisa.

4. Resultados

⁴ *Accountability* é um conceito, que tem como objetivo a responsabilização e a obrigatoriedade de prestação de contas, sobre ações ou decisões tomadas, dessa forma evitar erros ou falhas, bem como reconhecer os sucessos e conquistas.



A nossa pesquisa até aqui, tem percebido que a discussão sobre as mudanças que foram propostas pela Lei 13.415/2017 e BNCC em sua versão de 2018, causaram diversos problemas no âmbito do ensino de Geografia, principalmente no Ensino Médio, o que nos fez perceber que o plano traçado pela agenda neoliberalista foi implementada de vez pelo governo de extrema direita que dominou o país de 2020 a 2023.

A educação formal tem a função de promover a construção de conhecimento, pois é um instrumento de empoderamento dos sujeitos com vistas à transformação da sociedade. Sem a educação formal, muitos processos sociais teriam que praticamente começar do zero o tempo todo (Young *in*: Neto, 2021, p. 373), e a Geografia tem papel preponderante para isso.

O ensino em si, deteriorado pela grande distância existente nos currículos municipais e estaduais, bem como a falta de investimentos específicos, que não cumprem com os limites do FUNDEB para investimento nas escolas, na formação dos professores e no incentivo profissional, causou uma obstrução do ensino e isso tem a proposição de organismos internacionais, já que dessa forma, o inciso IV do art. 44 da lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, atinge diretamente a carreira docente e os estudantes da escola pública ao não se exigir uma formação adequada para atuar em sala de aula, não investindo nos docentes das próprias redes (estaduais, municipais) na formação, nas condições de trabalho e na remuneração. Mesmo em cursos técnicos, a formação adequada é necessária (Neto, 2021, p. 378).

A concepção economicista intensifica a necessidade da inserção das pessoas no mercado global. Na dimensão da educação, tem se direcionado para a reforma global educacional (GERM) iniciada nos Estados Unidos, na década de 1990, e com expansão para vários outros países, entre eles, os da América Latina. Com isso, há uma conexão entre GERM e o direcionamento para a formação do mercado de trabalho. Sendo assim, considera-se que palavras que aparecem nos currículos escolares, como empreendedorismo, habilidades socioemocionais e mundo dos negócios, não são obra do acaso. (Alexander, 2012, *in*: Neto, 2021, p. 374).

Cabe-se ressaltar que, com essa reforma global, há outra que, por sua vez, a induziu: a *reforma econômica*. O consenso de Washington de 1989 nos Estados Unidos, teve como propósito traçar reformas e construir diretrizes para os países pobres, entre eles, os da América Latina. Para o autor, essas diretrizes implicaram “[...] no campo econômico, a elevação ao status de valor universal de políticas como o equilíbrio fiscal, a desregulação dos mercados, a abertura das economias nacionais e a privatização dos serviços públicos; no campo político, a crítica às democracias de massa” (Saviani, 2018, p. 293 *in*: Neto, 2021, p.375).

Temos essa clareza na percepção da implantação de programas de competição interna nas escolas, como avalia Albuquerque (2021, p.27):



As políticas meritocráticas e de bonificação são espelhos desse elevado grau de fetichização do trabalho, subtraindo os trabalhadores das lutas sindicais e das reflexões sobre o trabalho docente. Este conjunto de estratégias mercantis de controle sobre o trabalho docente corroboraram com a competição e a individualização do trabalho e das escolas. No estado de São Paulo o “Programa de Valorização pelo Mérito”, Na Paraíba os “Prêmios Mestre da Educação e Escola de Valor na Paraíba” e no estado de Pernambuco “Bônus de Desempenho Educacional (BDE)”, são alguns dos exemplos de processos de controle e diferenciação social dos professores. Nestes programas não se procede apenas a bonificação dos sujeitos sociais da escola, eles estabelecem sistemas de controle sobre a dimensão política do trabalho docente, determinando até mesmo novos comportamentos de constrangimentos e assédios de colegas, sob os riscos da escola e professores não serem premiados e bonificados. Trata-se da unidade da célula neoliberal fabril transportada para a escola e se constituindo como fator decisivo sobre o trabalho e as relações de trabalho docente.

Segundo Mészáros (2008, p.25), temos que as mudanças sob tais limitações, apriorísticas e prejudicadas, são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de *corrigir* algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da *lógica global* de um determinado sistema de reprodução. Podem-se ajustar as formas pelas quais uma multiplicidade de interesses particulares conflitantes de deve *conformar* com a *regra geral* preestabelecida da reprodução da sociedade, mas de forma nenhuma pode-se alterar a *própria regra geral*.

5. Conclusão

Laval (2019, p.44), avalia que a contradição entre a aquisição do saber pelas novas gerações é cada vez maior, que exige estabilidade, garantia de valor do que se aprende, respeito à cultura comum e construção da personalidade, e as necessidades econômicas, que são particulares e inconstantes. Enquanto a “profissão” para a qual a escola preparava permitiu projetar um futuro relativamente estável e a realização de uma “função” social em conjunto inteligível, a profissionalização (parcial) dos estudos não tinha os efeitos destruidores que pode ter quando a vida futura sugere apenas a ameaça de deslocalização de uma fábrica ou o descaminho de saltar de emprego para emprego. O capitalismo “flexível” e “revolucionário” mina a confiança no longo prazo, ignora compromissos, e não se preocupa com o patrimônio cultural, nada será como antes, a educação não é mais algo transformador.

As elites não querem que as classes proletárias e seus descendentes tenham um futuro, com mudanças sensíveis através da educação, por isso utilizaram grande parte da classe média (que almeja estar na elite, mas nunca estará) a usar discursos de ódio aos programas assistenciais implantados pelos governos de centro-esquerda no Brasil, atacando-os ao nível de serem pauta política para a ascensão da “nova direita” no país, não enten-



dendo que era com tais sistemas, que muitas pessoas suplantaram a pobreza e vislumbraram uma melhora no seu padrão de vida.

Freitas (2018. p.138), comenta que apesar da política agressiva da “nova direita” e da reforma empresarial, nada disso evita o desenvolvimento das contradições geradas na prática educativa pelas políticas da reforma. O fato concreto, como mostram os estudos já citados, é que estas ideias não funcionam e, além disso, geram efeitos colaterais destrutivos que atingem professores, estudantes e, indiretamente, os pais. Se são mantidas, deve-se a que permitem o controle político e ideológico do aparato escolar. Por isso, a resistência a essas políticas se fortalecerá no interior das escolas, liderada pelo magistério, pelos estudantes e pelos pais. As universidades podem ajudar com seu conhecimento a desvendar os meandros de tais reformas, mas o embate tem lugar e hora marcada no interior das escolas e deverá ser sistematizado e organizado com apoio dos sindicatos dos professores e com as organizações estudantis.

6. Agradecimentos

Ao bom Deus que até aqui nos sustentou. Ao meu orientador pelas contribuições. Aos amigos e professores que estiveram conosco nessa caminhada.

7. Referências

FREITAS, Luiz Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018;

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª Ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2006;

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019;

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Bomtempo, 2008;

NETO, Daniel Rodrigues Silva Luz. Afinal para onde caminha o Ensino de Geografia no contexto de Reforma do Ensino Médio e implantação da BNCC?. Terra Livre. São Paulo, 2021. DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2021.2205. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2205>. Acesso: 22 out. 2024;

VASCONCELOS, Carolina de Moura; MAGALHÃES, Carlos Henrique Ferreira; MARTINELLI, Telma Adriana Pacifico. **A influência neoliberal nas políticas educacionais brasileiras: um olhar sobre a BNCC**. Eccos - Revista Científica, São Paulo, n. 58, p. 1-18, e10726, jul./set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n58.10726>. Acesso: 23 out. 2024;